

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.688 - SP (2019/0096348-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **COMTINFER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**
ADVOGADOS : **CAROLINA COSTA CARDOSO GAMEZ NUÑEZ - SP174976**
 : **CHARMILA MAIARA RODRIGUES SILVA - SP279930**
EMBARGADO : **ADRIANO JOSE DOS SANTOS**
ADVOGADO : **LISBEL JORGE DE OLIVEIRA - SP160701**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por COMTINFER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. à decisão que deu parcial provimento ao recurso especial para afastar a condenação em danos morais (e-STJ fls. 622/627).

Alega a embargante que a decisão agravada incorreu em omissão ao deixar de examinar o pedido de reconhecimento de que ocorreu a inclusão indevida do mês de maio de 2013 na condenação por danos materiais.

Aduz que o prazo de entrega previsto no contrato, dezembro de 2012, poderia ser prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, o que resultaria em junho de 2013.

Sustenta que não incide as Súmulas nºs 5 e 7/STJ em relação ao erro material.

Ao final, requer o acolhimento do recurso.

A parte embargada ofereceu impugnação (e-STJ fls. 636/638).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Não colhe a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

Consoante o art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis para (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz, de ofício ou a requerimento, incluindo-se as condutas descritas no artigo 489, § 1º, do CPC/2015, que configurariam a carência de fundamentação válida, e (c) corrigir o erro material.

A decisão agravada entendeu pela aplicação das súmulas nºs 5 e 7/STJ em relação ao pedido de alteração da data dos efeitos da mora.

Registra-se que a sentença de primeiro grau, mantida neste ponto pelo tribunal local, considerou a inclusão do mês de maio de 2013 com base no seguinte fundamento:

"(...)

Segundo os elementos de convicção proporcionados, em especial instrumento contratual (fls. 39/60) e Recibo de entrega de chaves (fl. 337), evidencia-se o apontado inadimplemento contratual da ré pelo atraso de

Superior Tribunal de Justiça

um ano e quatro meses após o prazo final (maio de 2013, já computado com a cláusula contratual de 180 dias, somados a dezembro/2012, conforme fl. 53)" (e-STJ fl. 398).

Nesse contexto, não há como acolher a alegação de erro material na data do termo final do prazo da entrega do imóvel sem o reexame de provas e de reinterpretação de cláusula contratual.

Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator